

ad., Rio
oord.),
A, José
l.
egional
Área de
o Paulo.
oord.),
t. 2003.

Crescimento econômico, desenvolvimento social e regional: o caso do Ceará no contexto da Região Nordeste (1970-1998).¹

Ricardo Azevedo Silva²

RESUMO

Este artigo versa sobre o desenvolvimento socioeconômico do Ceará nas décadas seguintes ao sistema de incentivos fiscais e financeiros, direcionado ao Nordeste, implementado na década de 1960. No intervalo 1970-98, a economia cearense apresentou taxas de crescimento acima da média nacional e regional, elevando sua participação no PIB do Nordeste e no PIB do Brasil. Entretanto, o ritmo de crescimento econômico vem caindo acentuadamente, de fato, desde a segunda metade da década de 1980. Isto se refletiu negativamente sobre a geração de ocupações e sobre os indicadores sociais, não só para o Ceará como para os estados nordestinos em geral. O caso cearense é um exemplo típico de desempenho econômico, superior à média regional e nacional com resultados negativos para o desenvolvimento social, seja em termos espaciais ou populacionais, no que tange à geração de ocupações, rendimentos, concentração de renda e evolução dos indicadores sociais. Neste estudo, buscou-se examinar este processo e apontar seus principais motivos, relacionados em boa parte às conseqüências da queda do poder de compra dos trabalhadores e à não inclusão da maioria dos espaços econômicos no crescimento econômico estadual. Tudo levou a crer que a composição desse quadro tornou ainda mais difícil a superação do grave atraso socioeconômico presente no Estado do Ceará.

Palavras-chave: Economia regional - Desenvolvimento Socioeconômico - Ceará - Nordeste

¹ Este artigo foi baseado na dissertação de mestrado "Ceará: desaceleração do crescimento econômico e manutenção das desigualdades (1987-98)" (SILVA, 2002). Contou com o incentivo e a colaboração de Marcelo W. Proni e de Hipólita Siqueira de Oliveira (CESIT-IE-UNICAMP). A ambos deixo aqui registrado meus agradecimentos e os isento de qualquer responsabilidade quanto ao seu teor.

² Minicurrículo: Economista, mestre em *Desenvolvimento Econômico Espaço e Meio Ambiente* e doutorando em *Economia Aplicada* pelo Instituto de Economia/UNICAMP. Atualmente integrante da equipe de pesquisa do CESIT/IE/UNICAMP e professor bolsista no curso de graduação do IE/UNICAMP. E-mail: ricardo@eco.unicamp.br

ABSTRACT

ECONOMIC GROWTH, SOCIAL AND REGIONAL DEVELOPMENT: THE CASE OF THE STATE OF CEARÁ WITHIN THE NORTHEAST REGION - This paper deals with the socioeconomic development of Ceará in the decades following the fiscal and financial incentives system directed to the Northeast region and implemented in the 1960's. In the 1970-98 period, Ceará's economy showed growth rates above national and regional averages, raising its participation in the Northeast region's and Brazilian's GDP. However, the rhythm of its economic growth has been decreasing, in fact, since the second half of the eighties. This fact had negative impacts on the job creation and social indicators. Ceará's case is a typical example of economic performance above regional and national averages with negative results in the social development, either in spatial or in population terms, in reference to job creation, income, income concentration and social indicators' evolution. This study intends to examine this process and point at its main reasons, most of which related to the consequences of the reduction in workers' purchasing power and exclusion of most economic spaces of the state's economic growth. All of which leads to believe that this framework's composition caused the great socioeconomic delay in Ceará even harder to overcome.

Keywords: Regional Economy, Socioeconomic Development, State of Ceará, Northeast.

Introdução

Após a implantação do sistema de incentivos fiscais e financeiros direcionado ao Nordeste, gerido pela SUDENE e pelo BNB, iniciada em 1961, os estados nordestinos passaram a contar com a possibilidade de acesso a uma poupança externa representativa, fator importante ao futuro do desenvolvimento socioeconômico da Região. Nas décadas seguintes, no Ceará, os indicadores apresentaram comportamento distinto, antes e depois de meados da década de 1980, coincidente com períodos de políticas macroeconômicas distintas. Constatou-se queda consistente destes indicadores, seja no plano nacional ou estadual, observada também nos demais estados nordestinos e, com menos intensidade no Brasil.

O Ceará, além de pertencer à região detentora dos maiores problemas socioeconômicos do Brasil, em meados da década de 1980 ainda era um dos estados que vinha apresentando os piores indicadores sociais do Nordeste.

CAVALCANTE (1992), em uma das teses mais aprofundadas sobre o desenvolvimento econômico cearense, ao avaliar os resultados socioeconômicos do processo de industrialização estadual, iniciado na década de 60 até fins da década de 1980, entendia até mesmo, tratando-se unicamente do campo econômico que: "... mesmo tendo a economia cearense apresentado um pequeno, mas relevante crescimento, a partir da política de desenvolvimento planejado implementado pela SUDENE a partir dos incentivos fiscais, tal crescimento não se deu revertendo a situação de pobreza pela qual passava o Estado. Assim

sendo, (...) um crescimento econômico concentrado e incapaz de impulsionar efeitos em cadeia que viessem melhorar significativamente os indicadores sócio econômicos do Estado, tais como, distribuição de renda, educação, emprego, moradia e saúde." (pg. 150)

De fato, os indicadores ainda estavam muito aquém do aceitável, mas devemos levar em consideração ao menos dois pontos controversos na sua análise, como demonstrado em SILVA (2002). **Primeiro** que, pelo menos 25 anos após a disponibilização dos incentivos para o Nordeste, o crescimento não foi pequeno e, sim, elevado e representativo, apresentando taxas muito acima da média regional e nacional; e em **segundo** lugar que, mesmo em desaceleração econômica na década de 1980, o Ceará, ao menos até 1986, apresentou avanços expressivos no campo social, ainda que insuficientes, apresentando um cenário muito distinto do encontrado no início da década de 1960, quando se iniciou o processo de industrialização e crescimento analisado por CAVALCANTE (1992). Entre estes avanços, estão uma acentuada queda do analfabetismo, crescimento expressivo e melhoria do grau de instrução da população ocupada; mesmo confrontando os indicadores sociais cearenses com a média nacional e com os demais estados nordestinos.

Este estudo se propõe a avaliar a dimensão do ritmo dos avanços no campo socioeconômico, a fim de verificar através de diferentes indicadores se houve uma ruptura com este descompasso do crescimento econômico anterior, limitado no que se refere à melhoria das condições de vida.

Buscou-se analisar o desempenho cearense em dois períodos 1970-86 e 1987-1998, dada a conveniência metodológica, por expressarem políticas econômicas distintas nas diferentes esferas de governo nacionais. Após a derrocada do plano cruzado na virada de 1986 para 1987, e a escala de um processo inflacionário, paralelamente, se desenhou o início de um profundo reordenamento da política econômica brasileira, consolidado na década de 1990, com repercussões negativas sobre o cenário socioeconômico, afetando o mercado de trabalho, desarticulado pela subsequente reestruturação produtiva, cuja ação principal tem sido o corte dos postos de trabalho.³

Este artigo está subdividido em 4 seções nas quais foram realizadas análises sintéticas dos dados referentes aos temas por elas abordadas. A primeira aborda a evolução setorial do PIB e do PIB *per capita* cearense. A segunda e a terceira seção avaliam, respectivamente, se os indicadores referentes à população ocupada e os indicadores sociais do Ceará corresponderam ao crescimento econômico estadual. Na quarta seção foram analisados os reflexos da concentração espacial sobre as condições socioeconômicas do Ceará.

³ Nesta década vigorou no País uma política econômica que, justificada pela necessidade de controle da inflação a todo custo, privilegiou as forças do mercado e reduziu drasticamente o poder de intervenção do aparelho estatal no desenvolvimento socioeconômico. De forma rápida, profunda e sem planejamento detalhado, consolidaram-se processos de reforma e desregulação econômica (abertura comercial e financeira, privatização, enxugamento do aparelho estatal) que reduziram os instrumentos estatais de intervenção e planejamento macroeconômico à uma política monetária restringida.

I Evolução Setorial do PIB e do PIB per capita Cearense⁴

No que se refere à evolução setorial do PIB do Ceará merece destaque o péssimo desempenho da agropecuária entre 1970 e 1998. Este setor, que respondia por cerca de 17% do PIB estadual em 1970 passou a ser responsável por apenas 4,4% em 1998. A participação da agropecuária no PIB cearense (4,4%), em 1998, ficou bem abaixo da participação desse setor na economia da Região Nordeste (9,1%) e na economia brasileira (10,7%) indicando que a agropecuária cearense passou a exercer uma importância para a economia local bem menor do que na média dos outros estados nordestinos e do que no Brasil.

Também merece destaque o aumento da participação do setor de serviços no PIB cearense, que elevou sua participação de 57% em 1970 para 73,4% do PIB estadual em 1998. O peso do setor serviços na economia do Ceará tornou-se consideravelmente maior ao observado em 1998, na Região Nordeste (64,5%) e no Brasil (54,5%).

Com relação ao setor industrial, o ritmo de crescimento deste não tem sido suficiente para elevar sua participação no PIB do Ceará, que diminuiu de 26% em 1970 para 22% em 1998. O peso da indústria no PIB cearense em 1998, foi menor ao observado no Nordeste (26,4%) e no Brasil (34,8%).

Partindo dos dados da Tabela 1, seja tomando o intervalo 1971-86 como um todo, seja considerando o intervalo 1975-86 com o mesmo número de anos do intervalo 1987-98, em qualquer dos três setores econômicos, as taxas de crescimento foram muito superiores nos intervalos anteriores a 1987. Fica evidenciada a forte desaceleração do ritmo de crescimento da economia cearense após o grupo político de cunho empresarial ter assumido o governo do Estado do Ceará nesse ano, inclusive tendo o setor agropecuário apresentado acentuado declínio. O agravamento do cenário econômico nacional e, principalmente, os reflexos locais da derrocada do complexo algodoeiro cearense exerceram fortes influências negativas, contribuindo bastante para essa desaceleração.

TABELA 1 - Evolução Setorial do Produto Interno Bruto - CEARÁ - 1970/1998 (R\$ 1000)*

Setores	1.970	1974	1986	1998	Taxa anual de crescimento		
	Valor Absoluto				1971-86	1975-86	1987-98
Agricultura	831.210	1.757.596	2.093.887	956.526	5,94	1,47	-6,32
Indústria	448.155	642.536	2.926.508	4.769.525	12,44	13,47	4,15
Serviços	2.317.335	3.333.597	10.686.930	15.787.657	10,03	10,19	3,31
TOTAL	3.371.551	5.997.017	15.176.702	21.513.707	9,65	8,76	2,66

Fonte: calculado a partir de dados da SUDENE (1999A)

* PIB a custo de fatores e preços correntes em reais de 1998.

Obs.: (1) devido aos preços relativos divergirem para cada setor, a SUDENE utiliza deflatores específicos para cada caso, por isso, a soma dos PIBs setoriais em 1970, 1974 e 1986 diverge do valor total do PIB. (2) dados de 1998 ainda não definitivos, sujeitos a retificação.

⁴ Dados extraídos da SUDENE (1999A).

No que tange ao crescimento do PIB per capita, o Ceará apresentou uma melhora relativa no contexto regional entre 1987-98, embora a taxa de crescimento tenha caído bastante e o acréscimo absoluto tenha sido pequeno relativamente aos 12 anos do intervalo, conforme é possível verificar na Tabela a seguir. O PIB per capita cearense que, mesmo após forte crescimento, passou de 6º para 5º maior do Nordeste findo o intervalo 1975-86, sem ter superado a média da Região, tornou-se o 3º maior em 1998, dessa vez superando a média em 4,2%, quando em 1986 era inferior em -7,5%. Embora em 1986 já houvesse ocorrido melhora expressiva, visto que em 1974 o PIB per capita cearense era inferior ao do Nordeste em -21,9%.

TABELA 2 - Evolução do PIB Per Capita - BRASIL, NORDESTE E ESTADOS 1970/1998 (R\$)*

	1974	1986	1998	1975-86	1987-98	1975-86	1987-98
	PIB per capita			Taxa de crescimento		Taxa anual de cresc.	
Maranhão	721,68	1.640,48	2.451,87	127,3	49,5	7,08	3,41
Piauí	965,48	1.939,73	2.103,20	100,9	8,4	5,99	0,68
Ceará	1.372,80	2.774,56	3.252,84	102,1	17,2	6,04	1,33
Rio G. do Norte	1.212,08	2.628,99	3.477,35	116,9	32,3	6,66	2,36
Paraíba	1.586,13	2.437,62	2.715,27	53,7	11,4	3,65	0,90
Pernambuco	1.881,49	2.916,06	3.245,99	55,0	11,3	3,72	0,90
Alagoas	1.445,19	2.888,51	2.981,89	99,9	3,2	5,94	0,27
Sergipe	1.868,53	3.563,55	3.173,80	90,7	-10,9	5,53	-0,96
Bahia	2.012,63	3.263,59	3.536,86	62,2	8,4	4,11	0,67
NORDESTE	1.756,41	2.997,32	3.121,16	70,7	4,1	4,55	0,34
BRASIL	4.091,06	5.323,69	5.561,62	30,1	4,5	2,22	0,37

Fonte: calculado a partir de dados da SUDENE (1999A)

Obs: dados de 1998 ainda não definitivos, sujeitos a retificação.

* em reais de 1998

De 1986 a 1998, O PIB per capita cearense também melhorou em relação ao PIB per capita brasileiro, embora em ritmo inferior ao da melhora conquistada no intervalo 1975-86. O PIB per capita do Ceará que, em 1974, representava 33,53% do brasileiro, passou a representar 52,13% em 1986 e atingiu 58,49% do PIB per capita do Brasil em 1998. Entretanto, mesmo com o crescimento durante o período observado, o PIB per capita do Ceará, assim como de todos os demais estados do Nordeste, ainda é muito inferior ao PIB per capita do Brasil em termos absolutos.

Do mesmo modo, é importante saber se o crescimento econômico cearense observado durante o período 1975-86 foi acompanhado por uma melhora significativa no que se refere ao mercado de trabalho neste estado. No próximo item será avaliada a evolução dos indicadores de população ocupada do Ceará, situando-os no contexto da Região Nordeste e do Brasil.

2 Aspectos da Evolução da População Ocupada no Ceará

Da mesma forma que o PIB *per capita* cearense teve seu ritmo de crescimento reduzido no período mais recente, o ritmo de crescimento da oferta de trabalho também foi menor no Ceará, acompanhando a tendência regional e nacional. Todavia, como veremos mais a frente, o crescimento de ocupações, em termos absolutos, foi praticamente o mesmo. Nesse caso, o fato de ter partido de uma base menor não reduz a importância do ritmo de crescimento ter sido maior no período 1971-86, visto que o potencial de crescimento está relacionado ao tamanho da economia e esse era significativamente menor do que no intervalo subsequente (1987-1999).

O aumento do PIB *per capita* seguido de um crescimento do número de ocupações demonstrou um aspecto dinâmico do crescimento econômico capaz de produzir reflexos positivos sobre as condições sociais vigentes no Ceará, especialmente no período 1971-86. Por outro lado, foi no período 1987-99 que o crescimento da População Ocupada (PO) superou o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) no Ceará, acompanhando a tendência da Região Nordeste.

TABELA 3 - Crescimento da População Economicamente Ativa e da População Ocupada - CEARÁ, NORDESTE E BRASIL - 1971-86 e 1987-1999

	Taxa Anual de Crescimento (%)					
	1971-1986			1987-1999		
	CE	NE	BR	CE	NE	BR
População Ocupada	3,9	3,6	4,0	2,5	2,5	1,9
População Economicamente Ativa	4,00	4,07	4,17	2,39	2,18	2,11

Fonte: calculada a partir de dados do IBGE/PNAD.

Reverteu-se assim a situação observada no período 1971-86, quando o crescimento das ocupações foi insuficiente para acompanhar a população que ingressava no mercado de trabalho, ainda que no Ceará a diferença negativa entre as taxas de crescimento da PO e da PEA, tenha sido menor do que as taxas observadas no Nordeste e no Brasil, como mostra a Tabela 3. Entretanto, o aspecto positivo do crescimento da PO ter superado o da PEA no período 1987-99 foi minorado pela intensificação da queda na qualidade das ocupações geradas pelo setor *Agrícola* e, em maior medida pelo setor de *Serviços*. Neste último, grande parte do crescimento se deu no segmento *Prestação de Serviços*, notadamente através de ocupações por conta própria e serviços domésticos, nos quais prevalecem a informalidade e a baixa remuneração.

No que se refere ao crescimento absoluto de ocupações no Ceará, entre 1970-2001, justamente o setor *Serviços* foi o responsável pelos maiores acréscimos, independente do intervalo analisado. Todos seus segmentos contribuíram para o ritmo de crescimento das ocupações e os maiores acréscimos absolutos foram gerados pela atividade de *Prestação de Serviços* seguida pelo *Comércio de Mercadorias*. O desempenho ascendente do

setor *Serviços* levou ao crescimento expressivo do percentual da população ocupada nesse setor, de 24,6% em 1970 para 50,3% em 2001, como mostra a Tabela a seguir, fenômeno que vem caracterizando os mercados de trabalho em geral.

TABELA 4 - População Ocupada por Setores de Atividade - CEARÁ - 1970, 1986 e 2001

Setor de Atividade	Pessoas Ocupadas (10 anos ou mais)					
	1970		1986		2001	
	nº absoluto	%	nº absoluto	%	nº absoluto	%
Agrícola	749.090	59,7	845.630	36,6	1.005.034	30,2
Indústria Total	163.754	13,0	504.519	21,9	610.036	18,3
Indústria de Transformação	-	-	349.186	15,1	402.256	12,1
Indústria da Construção Civil	-	-	139.221	6,0	176.068	5,3
Outras Atividades Industriais	-	-	16.112	0,7	31.712	1,0
Serviços	309.230	24,6	924.452	40,0	1.673.927	50,3
Comércio de Mercadorias	87.307	7,0	241.198	10,4	486.405	14,6
Prestação de Serviços	116.379	9,3	382.531	16,6	702.339	21,1
Transporte e Comunicação	32.502	2,6	46.617	2,0	94.926	2,9
Serviços Sociais	45.795	3,6	171.921	7,4	272.082	8,2
Administração Pública	27.247	2,2	82.185	3,6	118.175	3,6
Outras atividades	33.366	2,7	33.715	1,5	36.997	1,1
TOTAL	1.255.440	100,0	2.308.316	100,0	3.325.994	100,0

Fonte: IBGE/PNA.

Já o *Setor Industrial*, depois de ter aumentado significativamente sua participação na PO do Ceará no intervalo 1970-86 reduziu sensivelmente o ritmo de crescimento das suas ocupações no intervalo 1986-2001. Quanto ao *Setor Agrícola*, embora tenha apresentado acréscimos absolutos no número de suas ocupações em ambos os intervalos, teve sua participação na PO do Ceará bastante reduzida, como mostra a Tabela acima. O fato desse setor ter aumentado sua oferta de ocupações, em termos absolutos, teve seus efeitos positivos bastante minorados no intervalo 1986-2001, pois grande parte dessas ocupações se encontram entre a PO sem rendimento que cresceu significativamente após 1986, como veremos mais adiante. Por outro lado, o número de ocupações neste setor vem caindo desde meados da década de 1990.

No que se refere ao ritmo de crescimento do nível de ocupações, no intervalo 1986-2001, o Ceará, embora tenha sofrido redução em sua taxa anual de crescimento da população ocupada em relação ao período anterior, acompanhando a tendência nacional e regional, apresentou taxas um pouco superiores às taxas da Região Nordeste e do Brasil, em todos os três grandes setores da economia, o que não se observou no período 1971-86, como mostra a Tabela 5.

TAB. 5 - Crescimento Setorial da População Ocupada - CE, NE e BR - 1970-86 e 1987-2001

Setor de Atividade	Taxa Anual de Crescimento (%)					
	1971-1986			1987-2001		
	CE	NE	BR	CE	NE	BR
Agrícola	0,8	1,3	0,6	1,2	1,0	0,5
Indústria Total	7,3	6,5	6,0	1,3	1,1	0,8
Indústria de Transformação	-	-	-	0,9	0,5	0,2
Indústria da Construção Civil	-	-	-	1,6	1,9	2,1
Outras Atividades Industriais	-	-	-	4,6	0,6	0,2
Serviços	7,1	6,7	6,4	4,0	3,9	3,5
Comércio de Mercadorias	6,6	6,4	6,6	4,8	4,6	3,7
Prestação de Serviços	7,7	7,0	7,0	4,1	4,0	3,7
Transporte e Comunicação	2,3	3,1	3,0	4,9	4,0	3,2
Serviços Sociais	8,6	8,5	7,3	3,1	3,3	3,3
Administração Pública	7,1	6,5	5,2	2,5	2,8	2,3
Outras atividades	0,1	-0,3	0,6	0,6	-0,2	-1,0
TOTAL	3,9	3,6	4,0	2,5	2,2	2,1

Fonte: calculada a partir de dados do IBGE/PNAD.

No período 1971-86, embora o Ceará tenha apresentado taxa anual de crescimento do total das ocupações superior à do Nordeste, no setor *Agrícola* sua taxa foi menor. Em relação ao Brasil, mesmo o Ceará apresentando, nesse período, taxas anuais superiores nos três grandes setores de atividade, dado o efeito menor, mas decisivo, do seu crescimento bem mais baixo em *Outras Atividades* (sem classificação setorial definida), sua taxa de crescimento anual para o total da PO foi ligeiramente inferior à taxa brasileira.

Já no período 1987-2001, essa taxa foi superior à taxa brasileira e manteve sua diferença favorável em relação à taxa do Nordeste. Assim, mesmo a PO cearense tendo crescido a taxas menores nesse período mais recente, seu desempenho se destacou mais no cenário nacional. Conseqüentemente, este melhor desempenho relativo, levou o Ceará a aumentar sua participação na PO do Nordeste e do Brasil, conforme Tabela 6. O aumento da sua participação nacional se deu em todos os setores, enquanto a sua participação regional não apresentou crescimento no setor *Agrícola*, pois seu leve crescimento entre 1986 e 2001 não conseguiu recuperar a queda sofrida entre 1970 e 1986, influenciada pela seca de 1986.

TABELA 6 - Participação Regional e Nacional da População Ocupada Cearense - 1970/1999

Setor de Atividade	Participação Regional (Nordeste = 100)			Participação Nacional (Brasil = 100)		
	1970	1986	2001	1970	1986	2001
Agrícola	14,3	13,2	13,5	5,7	5,9	6,5
Indústria	18,4	20,9	21,6	3,1	3,8	4,0
Serviços	15,4	16,3	16,7	3,2	3,5	3,8
Outras atividades	14,0	14,9	16,9	2,4	2,2	2,8
TOTAL	15,0	15,6	16,2	4,2	4,2	4,4

Fonte: calculada a partir de dados do IBGE/PNAD.

Em relação a participação do Ceará na PO do Nordeste houve acréscimos nominais da mesma magnitude nos dois intervalos abordados na Tabela acima. Já sua participação nacional só aumentou entre 1986 e 2001. Mas, esse crescimento não foi suficiente para manter a relação população ocupada cearense/população ocupada nacional duas vezes maior que a relação PIB cearense/PIB nacional, como em 1986, dado que em 2001 a participação do PIB cearense no PIB nacional foi de 2,6%. Essa relação já havia caído em 1986 frente a 1970, quando a participação do PIB cearense no PIB nacional foi de 1,6%. Tal comportamento, embora possa ter efeitos sociais negativos é um indicador de que ocorreram ganhos de produtividade.

Entretanto, como veremos a seguir, ao menos no intervalo 1986-1999, para o qual a PNAD fornece dados metodologicamente comparáveis, esses ganhos não foram repassados aos salários ao ponto de refletir positivamente na estrutura de renda da PO no Ceará. O poder de geração de ocupações da economia cearense apresentou um ritmo de crescimento que não foi acompanhado pelos níveis de remuneração.

TABELA 7 - População Ocupada por Faixas de Rendimento - CEARÁ - 1986 e 1999

Estratos de Rendimento Mensal (em salário mínimo)	Pessoas Ocupadas			
	1986		1999	
	n° absoluto	%	n° absoluto	%
Até 1 SM	1.403.922	60,9	2.004.111	62,4
<i>Sem Rendimento</i>	192.811	8,4	803.382	25,0
<i>Com renda Até 1/2 SM</i>	547.173	23,7	513.572	16,0
<i>Mais de 1/2 a 1 SM</i>	663.938	28,8	687.157	21,4
Mais de 1 a 2 SM	447.798	19,4	634.601	19,7
Mais de 2 a 5 SM	299.736	13,0	372.115	11,6
Mais de 5 a 10 SM	90.402	3,9	99.079	3,1
Mais de 10 SM	65.156	2,8	71.420	2,2
Sem declaração	1.302	0,1	33.202	1,0
Todos os Estratos	2.308.316	100,0	3.214.528	100,0

Fonte: IBGE/PNAD; SUDENE.

Obs: considera os rendimentos do trabalho principal e de possíveis outros trabalhos

Entre 1986 e 1999, a parcela da PO sem rendimento e com renda até um Salário Mínimo (SM), portanto abaixo da linha de pobreza, aumentou de 60,9% em 1986 para 62,4% em 1999. Embora seu crescimento relativo não tenha sido acentuado, essa parcela continua bastante elevada e seu crescimento absoluto significou que a PO sem renda e com renda inferior a 1 SM aumentou em mais 600.189 habitantes, totalizando 2.004.111 pessoas ocupadas. No mesmo período, de acordo com a Tabela 7, dentro desse grupo de renda ocorreu um crescimento muito elevado, tanto em termos relativos como absolutos, da parcela da PO sem rendimento, resultando em um acréscimo de 610.571 pessoas no estrato sem renda.

Ouseja, entre 1986 e 1999, houve um remanejamento, em termos relativos, entre os três estratos do grupo com renda inferior a 1 SM, no qual o estrato sem rendimento passou a responder pela maior parcela da PO (1/4), mesmo em relação aos outros estratos. Estando nesse fenômeno a alteração relativa substancial referente à renda auferida pela PO, que mostra uma grave deterioração da renda dos trabalhadores cearenses.

Ocorreu um retrocesso na melhoria do nível de renda dos trabalhadores cearenses que vinha sendo conquistada desde a industrialização incentivada até 1986. Segundo CARVALHO (1995), 49,58% da PEA do Ceará em 1960 se encontrava nos estratos sem rendimento e com renda até 1/2 SM. Mesmo que a PEA não possa ser comparada à PO, dado a pequena diferença das duas, ao menos é possível perceber que houve uma melhora do nível de renda, pois nesses estratos mais pobres, se encontravam 32,7% da PO do Ceará em 1986.

Tal situação aponta não só um grave problema social mas também econômico, pois tem reflexo negativo sobre o poder de compra dos consumidores e, conseqüentemente, no mercado consumidor local como um todo.

Nos demais estratos de renda (acima de 1 SM), não houve grandes alterações relativas, isoladamente. Mas, exceto pelo ligeiro crescimento da participação da PO pertencente ao estrato de renda de mais de um a dois salários mínimos, as parcelas das ocupações nos estratos superiores sofreram pequenas reduções. Considerando o conjunto desses estratos (acima de 2 SM), a soma de sua participação cai de 19,8% para 17,9%.

TABELA 8 - População Ocupada por Faixas de Rendimento - CE, NE e BR - 1986 e 1999

Estratos de Rendimento Mensal (em salário mínimo)	Percentual de Pessoas Ocupadas (%)					
	1986			1999		
	CE	NE	BR	CE	NE	BR
Até 1 SM	60,9	55,7	35,6	62,4	59,6	34,9
<i>Sem Rendimento</i>	8,4	11,6	7,7	25,0	24,0	14,3
<i>Com renda Até 1/2 SM</i>	23,7	18,0	8,6	16,0	13,0	6,0
<i>Mais de 1/2 a 1 SM</i>	28,8	26,2	19,2	21,4	22,6	14,6
Mais de 1 a 2 SM	19,4	22,0	22,5	19,7	20,1	21,7
Mais de 2 a 5 SM	13,0	15,0	26,1	11,6	13,2	26,5
Mais de 5 a 10 SM	3,9	4,2	9,2	3,1	3,6	9,5
Mais de 10 SM	2,8	2,6	6,2	2,2	2,4	6,1
Sem declaração	0,1	0,4	0,5	1,0	1,1	1,2
Todos os Estratos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD; SUDENE.

Obs: considera os rendimentos do trabalho principal e de possíveis outros trabalhos.

Portanto, em um balanço geral, ocorreu uma piora substancial no quadro da renda do trabalhador cearense em nível intra-estadual, o que certamente refletiu negativamente sobre o crescimento econômico do Ceará. Chama a atenção que o fato da PO ter aumentado em 906.212 pessoas no período 1987-99, atingindo 3.214.528 pessoas, acabou tendo seu impacto positivo bastante reduzido, pois mais de 2/3 desse crescimento se deu através de ocupações sem rendimento.

Foi a evolução fortemente desfavorável da parcela da PO sem remuneração no Ceará que mais destacou negativamente sua estrutura de remuneração do trabalho no âmbito regional e nacional. Segundo os dados da Tabela abaixo, a parcela sem remuneração no Ceará que, em 1986, era inferior à do Nordeste e ligeiramente superior à do Brasil, chegou, em 1999, a ultrapassar a do Nordeste e se distanciou bastante da observada no Brasil.

Já, entre 1986 e 1999, o aumento da parcela da PO abaixo da linha de pobreza, com renda até 1 SM, de 60,9% para 62,4% no Ceará, foi inferior ao aumento observado no Nordeste, de 55,7% para 59,6% e, embora o Ceará ainda tenha se mantido em situação mais desfavorável, diminuiu sua distância em relação ao Nordeste, pois seu desempenho relativo foi ainda pior que o cearense. Por outro lado, o Ceará aumentou ainda mais a sua grande distância em relação ao Brasil, que conquistou uma ligeira redução em sua parcela da PO com renda até 1 SM.

Nos demais estratos de renda (acima de 2 SM), exceto pela ligeira redução observada no estrato de mais de 1 a 2 SM, o Ceará aumentou um pouco mais sua distância em relação ao Brasil, notadamente, no estrato de mais de 2 a 5 SM, no qual o percentual cearense ficou ainda menor que a metade do brasileiro. Já, em relação ao Nordeste, reduziu a diferença nos dois estratos entre 1 e 5 SM e aumentou ligeiramente a diferença no estrato de mais de 5 a 10 SM, ainda apresentando parcelas ligeiramente menores, e manteve a diferença no estrato de 10 SM ou mais, mas passou a ter uma parcela ligeiramente menor da sua PO nesse estrato se comparado ao observado no Nordeste.

Portanto, em termos gerais, também houve uma sensível piora da renda do trabalhador cearense relativamente à média brasileira e, em relação ao Nordeste, manteve-se próxima à média regional.

Isso passou a ocorrer mesmo em meio a um progresso considerável do nível de escolaridade da PO cearense, que se refletiu positivamente em termos relativos ao contexto regional e nacional, como mostra a Tabela seguinte. Assim, o empresariado local foi favorecido tanto por ter podido contar com mão-de-obra mais escolarizada como por um achatamento dos níveis de remuneração praticados no mercado de trabalho local.

TABELA 9 - População Ocupada por Anos de Estudo - CE, NE e BR - 1970, 1986 e 1999

Anos de Estudo	Percentual de Pessoas Ocupadas (%)					
	1986			1999		
	CE	NE	BR	CE	NE	BR
Sem Instrução e menos de 1 ano	41,0	38,0	17,8	24,5	24,0	11,6
1 e 2 anos	17,3	17,2	11,8	10,9	12,4	7,4
3 e 4 anos	16,2	18,3	27,1	17,3	19,0	19,4
5 a 8 anos	13,2	13,1	22,2	23,1	20,3	25,7
9 a 11 anos	8,7	9,6	13,3	16,2	17,6	23,9
12 ou mais anos de estudo	3,4	3,6	7,6	6,1	5,9	11,2
não determinados	0,1	0,2	0,2	1,9	0,8	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD; SUDENE.

Obs: considera os rendimentos do trabalho principal e de possíveis outros trabalhos.

3 Indicadores Sociais Relacionados à Distribuição de Renda, Educação e Saúde

A evolução da renda apropriada pela PO, abordada na seção anterior, certamente contribuiu para reverter o movimento de redução da concentração de renda observado entre 1970 e 1985. De acordo com a Tabela 10, o Ceará, que detinha isoladamente a maior concentração de renda entre os estados nordestinos em 1970, conquistou até 1985 uma redução importante, embora ainda apresentasse a segunda maior concentração da região que detém os índices de gini⁵ mais altos do Brasil.⁶

TABELA 10 - Concentração de Renda (Gini), IDH e Taxa de Analfabetismo - BR, NE e UFs

	Índice de Gini			Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)				Taxa de Analfabetismo (15 anos ou mais)			
	1970	1985	1997	1970	1980	1988	1996	1970	1980	1986	1999
Maranhão	0,53	0,50	0,59	0,292	0,408	-	0,547	60,3	49,8	43,8	28,8
Piauí	0,61	0,62	0,61	0,288	0,416	-	0,534	61,3	49,1	48,4	31,6
Ceará	0,65	0,60	0,61	0,275	0,477	0,511	0,590	55,0	44,8	38,3	27,8
Rio G. do Norte	0,60	0,58	0,57	0,266	0,501	-	0,668	54,5	43,8	38,0	25,5
Paraíba	0,60	0,58	0,61	0,259	0,442	-	0,557	55,8	49,1	39,7	25,9
Pernambuco	0,62	0,56	0,58	0,315	0,509	-	0,615	50,8	42,5	35,3	24,7
Alagoas	0,59	-	0,61	0,263	0,437	-	0,538	62,2	53,7	49,4	32,8
Sergipe	0,60	0,53	0,60	0,320	0,493	-	0,731	54,2	45,6	43,7	23,9
Bahia	0,61	0,58	0,60	0,338	0,533	-	0,655	52,1	42,9	34,1	24,7
NORDESTE	0,62	0,58	0,60	0,299	0,483	0,577	0,608	54,8	45,5	38,7	26,6
BRASIL	0,62	0,57	0,58	0,494	0,734	0,794	0,830	34,1	25,5	20,0	13,3

Fontes: IBGE, SUDENE e IPEA/PNUD.

Em 1986, o Ceará conquistou mais uma ligeira redução na concentração de renda reduzindo o índice de gini para 0,59, segundo um levantamento realizado pelo IPEA para o Ceará a partir de dados da PNAD. Ao menos em 1997 o Ceará ainda manteve a maior parte da redução conquistada e se aproximou mais da média regional, dividindo a pior posição com outros três estados nordestinos.

Já no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷ do Ceará, não ocorreu um retrocesso, embora o ritmo dos avanços sociais medidos pelo IDH tenha se reduzido após 1988, acompanhando a tendência observada no Nordeste, onde essa

⁵ O índice de gini mede a concentração de renda considerando toda população e varia de 0 a 1.

⁶ Sendo ainda que o Brasil apresentava e apresenta uma das maiores concentrações de renda do mundo.

⁷ O IDH, além da renda per capita ponderada com o poder de compra, considera a longevidade e o nível educacional, variando de 0 a 1.

redução de ritmo foi até mais acentuada. Como mostra a Tabela acima, o Ceará apresentou uma melhora sensível entre 1970 e 1988. Esse índice, que em 1970, era extremamente baixo (0,275), pouco acima apenas de três estados do Nordeste, ao atingir a marca de 0,511 em 1988, ultrapassou ligeiramente o limite superior da faixa considerada de baixo IDH (0 a 0,500).

O movimento de melhora do IDH foi observado em nível nacional e regional, mas, entre 1970 e 1980, o Ceará apresentou um ritmo de avanço ligeiramente superior aos observados na maioria dos estados nordestinos, subindo uma posição na região ao superar quatro estados e reduzir sua diferença em relação à média do Nordeste em 1980. Entre 1980 e 1996, o Ceará manteve os ganhos anteriores e, mesmo em ritmo mais lento, acompanhando a tendência regional e nacional, avançou mais e atingiu a marca de 0,590, consolidando-se no primeiro terço da faixa considerada como intermediária ou de médio desenvolvimento humano (0,500 a 0,800). Entretanto, neste período não houve melhora de posição do Ceará com relação aos demais estados nordestinos. Por outro lado, o IDH cearense continuou muito inferior à média brasileira, ainda que tenha reduzido sua diferença negativa depois de 1970.

Um fator que vem contribuindo efetivamente para a melhora do IDH no Ceará é o avanço no nível educacional. Entretanto, o Ceará, que havia melhorado sua posição com relação ao Nordeste, ao cair da quinta para quarta maior taxa de analfabetismo entre os estados nordestinos em 1980 e 1986, em relação a 1970, entre 1986 e 1999, perdeu duas posições, apresentando, em 1999, a sexta maior taxa da Região. Em relação ao Brasil, o Ceará vem reduzindo sua diferença negativa, contudo, sua taxa de analfabetismo ainda é bem superior. Fator desfavorável à qualificação da mão de obra e, conseqüentemente, redutor de seu potencial de atração de investimentos.

A Tabela II abaixo mostra outros dois indicadores sociais considerados para o cálculo do IDH, desta vez relacionados com as condições de saúde da população: a taxa de mortalidade infantil e a esperança de vida ao nascer. Ambos os indicadores apresentaram avanços importantes no Ceará desde 1960, acompanhando a tendência do Nordeste em reduzir a diferença desfavorável à média brasileira.

A maior queda da taxa de mortalidade infantil cearense ocorreu entre 1980 e 1986. Embora o avanço conquistado entre 1986 e 1999 deva ser considerado importante pois se partiu de uma base bem menor, o Ceará perdeu a vantagem em relação à média regional. O Ceará, que desde 1970 havia reduzido gradativamente sua diferença desfavorável em relação ao Nordeste até conquistar uma taxa inferior em 1986, voltou a se igualar à taxa regional em 1999, embora tenha melhorado uma posição em relação aos demais estados do Nordeste frente a 1986.

E ainda, a taxa de mortalidade infantil do Ceará continua muito superior à taxa nacional, tendo superado o Brasil em 1,65 no ano de 1999. Com 52,4 mortes por mil em 2000, o Ceará está muito longe do limite de 38 mortes por mil, abaixo do qual contribui para o IDH entrar na faixa considerada pela PNUD como de melhor nível de desenvolvimento e ligeiramente acima do limite de 52 mortes por mil que diferencia o nível intermediário do nível baixo.

TABELA II - Taxa de Mortalidade Infantil e Esperança de Vida ao Nascer - BR, NE e UFs

	Taxa de Mortalidade Infantil (p/ 1000 nascidos vivos)					Esperança de Vida ao Nascer (em anos)				
	1960	1970	1980	1986	1999	1960	1970	1980	1988	2000
Maranhão	133,2	131,6	106,3	-	54,2	48,7	49,1	55,3	60,7	64,8
Piauí	136,9	130,2	96,4	-	45,3	47,8	49,4	57,9	62,6	65,7
Ceará	175,4	156,5	140,2	77,0	52,4	38,9	43,1	47,0	54,0	66,4
Rio G. do Norte	198,2	176,6	146,9	-	48,7	34,1	38,6	45,4	52,0	66,4
Paraíba	192,9	175,3	151,3	-	60,3	35,2	38,9	44,4	51,9	64,6
Pernambuco	184,9	165,4	136,9	-	58,2	36,8	41,1	47,8	54,7	63,7
Alagoas	182,3	167,9	140,5	-	66,1	37,4	40,6	46,9	53,9	63,2
Sergipe	165,0	148,0	106,5	-	45,5	41,2	45,1	55,3	60,6	67,2
Bahia	149,9	132,8	96,0	-	45,4	44,7	48,8	58,0	62,7	67,7
NORDESTE	154,9	151,2	121,4	88,3	52,4	43,5	44,4	51,6	58,8	65,8
BRASIL	118,1	116,9	87,9	58,1	31,8	52,4	52,7	62,0	64,9	68,5

Fonte: IBGE, SUDENE e IPEA/PNUD.

Já em relação à esperança de vida ao nascer, o maior avanço ocorreu mais recentemente, entre 1988 e 2000. Em 2000, a esperança de vida ao nascer ultrapassou a média regional, tornando-se a 3ª maior do Nordeste, empatada com a do Rio Grande do Norte. Esse ganho foi ainda mais significativo por ter sido obtido em um cenário regional onde todos os estados nordestinos conquistaram avanços importantes.

Ao contrário da taxa de mortalidade infantil, acompanhando a tendência regional, a esperança de vida ao nascer no Ceará aproximou-se bastante da registrada no País, alcançando 96,9% da média brasileira em 2000.

O crescimento da oferta de recursos materiais e humanos no Nordeste foi um fator importante para a melhora dos indicadores sociais relacionados à saúde. Entre esses o aumento da oferta de leitos, de médicos e dentistas, como mostra a tabela abaixo, contribuiu para os avanços conquistados.

TAB. 12 - Oferta de Equipamentos de Saúde: Leitos - BR, NE e UFs - 1973, 1986 e 1999

	Número de Leitos					
	absoluto			por mil habitantes		
	1973	1986	1999	1973	1986	1999
Maranhão	3.295	9.333	18.638	1,03	1,96	3,44
Piauí	2.608	4.570	7.510	1,39	1,85	2,75
Ceará	10.216	17.762	18.272	2,11	2,96	2,57
Rio G. do Norte	3.160	6.182	6.969	1,81	2,87	2,63
Paraíba	6.289	10.185	11.804	2,45	3,33	3,50
Pernambuco	15.352	20.572	22.473	2,75	3,00	2,96
Alagoas	3.975	6.790	7.181	2,33	3,00	2,65
Sergipe	1.992	3.447	3.932	2,08	2,61	2,30
Bahia	13.556	19.683	29.831	1,68	1,81	2,30
NORDESTE	60.443	98.524	126.610	1,98	2,48	2,74
BRASIL	387.066	489.626	484.945	3,82	3,54	2,96

Fontes: Anuário Estatístico do Brasil/IBGE e Ministério da Saúde.

Já com relação à evolução do número de médicos e, especialmente, de dentistas, houve melhor desempenho no Ceará entre 1986 e 1999, como verificado na Tabela 13.

TABELA 13 - Oferta de Profissionais de Saúde - BR, NE e UFs - 1973, 1986 e 1999

	Número de Médicos						Número de Dentistas					
	absoluto			por mil habitantes			absoluto			por mil habitantes		
	1973	1986	1999	1973	1986	1999	1973	1986	1999	1973	1986	1999
MA	522	722	2.081	0,16	0,15	0,38	58	93	1.068	0,02	0,02	0,20
PI	250	345	1.689	0,13	0,14	0,62	29	88	1.094	0,02	0,04	0,40
CE	1353	2651	5.465	0,28	0,44	0,77	49	327	2.738	0,01	0,05	0,39
RN	457	597	2.543	0,26	0,28	0,96	33	119	1.493	0,02	0,06	0,56
PB	847	1.198	3.306	0,33	0,39	0,98	55	172	2.116	0,02	0,06	0,63
PE	2760	2847	8.816	0,49	0,42	1,16	153	638	4.075	0,03	0,09	0,54
AL	456	1001	2.767	0,27	0,44	1,02	28	76	1.369	0,02	0,03	0,50
SE	257	422	1.572	0,27	0,32	0,92	8	99	811	0,01	0,08	0,47
BA	2160	4640	9.870	0,27	0,43	0,76	84	613	4.340	0,01	0,06	0,33
NE	9062	14423	38.109	0,30	0,36	0,82	497	2225	19.104	0,02	0,06	0,41
BR	55645	92026	236.668	0,55	0,66	1,44	2251	10944	145.441	0,02	0,08	0,89

Fontes: Anuário Estatístico do Brasil/IBGE (1975, 1989) e Ministério da Saúde.

4 Reflexos da Concentração Espacial da Economia Sobre as Condições Socioeconômicas

Como foi abordado até aqui, após o impulso econômico observado desde a implementação da política de incentivos federais para o Nordeste na década de 1960, ocorreu uma melhora significativa na maioria dos indicadores sociais básicos do Ceará, mas não o bastante para alcançar patamares aceitáveis e, quase sempre, bem aquém das médias nacionais. Portanto, tal melhora, ainda foi insuficiente para reverter o quadro de intensa pobreza presente em seu território.

Como agravante, os indicadores sociais agregados para o Estado do Ceará não expõem a condição social, ainda pior, da população residente em grande parte dos municípios do interior. Os indicadores de grande parte dos municípios acabam por puxar a média estadual para baixo e enquanto persistir a grande disparidade socioeconômica entre a metrópole e o interior, será cada vez mais difícil elevar significativamente os indicadores sociais. Os avanços significativos obtidos até aqui foram possíveis, entre outras coisas, por ter-se partido de bases bastante deprimidas, possibilitando que ações menos complexas pudessem obter resultados relevantes.

Tudo indica que o maior e mais grave problema social está relacionado à concentração espacial da economia cearense, fortemente influenciada pela gradativa inflexão da agricultura estadual, bastante relacionada à derrocada do Complexo Algodão/Pecuária/Culturas de Subsistência. Com a decadência da *cotonicultura* muitos núcleos urbanos perderam funcionalidade econômica, pressionando ainda mais a emigração, historicamente já provocada pela pobreza e por sucessivas secas.

Os movimentos de emigração, anteriormente mais voltados para o centro-sul do país, com a crise da década de 1980, quando esta *macrorregião* sofreu ainda mais que o Nordeste, passaram a ter como destino principal os poucos centros mais desenvolvidos do estado, especialmente os da Região Metropolitana de Fortaleza. (FERREIRA, 1984)

Tal movimento acabou reproduzindo nesses centros as condições de pobreza e miséria vigentes no meio rural, em proporções muito maiores do que as existentes até então. Em 1985, já havia 234 favelas na capital Fortaleza; seis anos depois, em 1991, esse número subiu para 313 favelas, onde moravam 540.720 pessoas ou 30,75% da população dessa cidade, segundo dados oficiais. (IPLANCE, 1992)⁸

O atraso dos municípios do interior não é uma particularidade do Ceará, podendo ser observado em todo o Nordeste, embora esse seja mais latente nos municípios inseridos no Semi-árido (ALBUQUERQUE, 2000), que é o caso da enorme maioria dos municípios cearenses, dado que 92,2% do território cearense faz parte do Semi-árido.

Tal atraso pôde ser constatado, no início da década de 1990, pela pesquisa realizada por Paulo Gusmão que avalia o grau de desenvolvimento dos municípios cearenses incluídos no Semi-árido, ou seja, exclui apenas os da Região Metropolitana de

⁸ O Anuário Estatístico (1997) publicado pelo IPLANCE depois de 1992 não trouxe informações sobre favelas.

Fortaleza (RMF). Este autor levou em consideração a urbanização, a indigência e a dependência de recursos federais, utilizando dados de 1991 e 1993. Gusmão constatou que cerca de 50,3% dos municípios do Estado do Ceará apresentavam médio grau de urbanização, alto grau de indigência e de dependência; e outros 27,4% dos municípios apresentavam baixo grau de urbanização, e também com alto grau de indigência e dependência de recursos fiscais⁹. Em 1991, dos 178 municípios existentes 160 possuíam menos de 20 mil habitantes e apenas dois possuíam mais de 100 mil¹⁰.

As últimas quatro tabelas, baseadas em dados das publicações *Ranking dos Municípios 1996* e *Anuário estatístico 1997* do IPLANCE e *Atlas de Desenvolvimento do IPEA/PNUD (1997)*, sintetizam as grandes disparidades vigentes entre os municípios cearenses.

Em 1996, o número de municípios mais populosos até que havia subido de forma relevante, como mostra a Tabela 14. Mesmo assim, a grande maioria de municípios cearenses ainda possuem pequeno contingente populacional, o que os torna pouco atrativos a novos investimentos que gerem emprego, renda e contribuam efetivamente para a melhoria das condições de vida de seus habitantes. Uma prova disso está no fato de que, entre 1991 e 1996, quase 30% dos municípios apresentaram taxas de crescimento negativas, basicamente, por não oferecerem oportunidades de sobrevivência.

TABELA 14 - DISPARIDADES INTRA-ESTADUAIS - DEMOGRAFIA - CEARÁ - 1996

VARIÁVEL	Nº absoluto	%
Municípios com mais de 100 mil habitantes	5	2,7
Municípios com mais de 50 mil habitantes	20	10,9
Municípios com mais de 30 mil habitantes	48	26,1
Municípios com menos de 20 mil habitantes	102	55,4
Municípios com taxa de crescimento anual, entre 1991 e 1996, inferior à média estadual (1,34% a.a.)	117	63,6
Municípios c/ taxa de crescimento anual negativa (1991-96).	54	29,3

Fontes: IPLANCE (1997) Obs: Em 1996, o Ceará possuía 184 municípios

O fato de haver apenas cinco municípios cearenses que poderiam ser enquadrados entre as *cidades médias*, restringe o número de centros econômicos que poderiam exercer influência positiva sobre o desenvolvimento dos demais municípios.

⁹ Sendo o grau de urbanização baseado na proporção população urbana/pop. total, considerado médio de 33 a 65%. O grau de indigência baseado na relação n. de famílias em situação de indigência/total de fam. (utilizando dados do trabalho Mapa da Fome publicado pelo IPEA em 1993), é considerado alto de 49 a 75%. E o grau de dependência mede a importância das transferências federais na composição das receitas dos municípios, através da relação quota-parte do FPM/receita total, sendo considerado alto de 60 a 99%. (GUSMÃO, p.170-180, 1996)

¹⁰ Conforme dados da Tab.3, p.272 em AFFONSO & SILVA (1995, anexo estatístico).

O nível anual extremamente baixo de renda e arrecadação de ICMS, presente na grande maioria dos municípios do Ceará em 1995, aponta claramente sua fragilidade econômica (Tabela 15). Nada indica que esta situação tenha melhorado o suficiente para alterar minimamente o quadro de atraso econômico.

TABELA 15 - DISPARIDADES INTRA-ESTADUAIS - DIMENSÃO ECONÔMICA - CEARÁ - 1995

	Nº absoluto	%
Renda Interna Anual (RIA) em 1995 a valores correntes (1)		
Municípios com renda inferior à média estadual (2)	169	91,8
Municípios com parcela inferior a 0,5% do total da renda estadual	168	91,3
Municípios com parcela inferior a 0,1% da renda estadual	134	72,8
Municípios com renda inferior à média estadual excluída Fortaleza (3)	155	84,7
Municípios c/ parcela inferior a 0,5% da renda estadual, excluída Fortaleza	153	83,6
Municípios c/ parcela inferior a 0,2% da renda estadual, excluída Fortaleza	130	71,0
Municípios c/ parcela inferior a 0,1% da renda estadual, excluída Fortaleza	93	50,8
Renda Interna Anual per capita (RIApC) em 1995		
Municípios com RIApC inferior à média estadual (4)	173	94,0
Municípios com RIApC inferior a R\$ 1.000	158	85,9
Municípios com RIApC inferior a R\$ 500	132	71,7
Municípios com RIApC inferior a R\$ 250	95	51,6
Finanças Públicas em 1995 (valores correntes)		
Municípios com arrecadação per capita anual de ICMS inferior à média estadual de R\$ 141,62	178	96,7
Municípios c/ arrecadação per capita anual de ICMS inferior a R\$ 50,00	171	92,9
Municípios c/ arrecadação per capita anual de ICMS inferior a R\$ 20,00	149	81,0
Municípios c/ arrecadação per capita anual de ICMS inferior a R\$ 10,00	125	67,9
Municípios com saldo negativo entre receitas e despesas orçamentárias	148	80,4
Veículos Automotores Existentes em 1995		
Municípios com nº de veículos abaixo da média estadual de 6,59 por 100 habitantes	175	95,1
Municípios com menos de 3 veículos para cada 100 habitantes	135	73,4
Municípios com menos de 2 veículos para cada 100 habitantes	103	56,0
Municípios com menos de 1 veículo para cada 100 habitantes	33	17,9

Fonte: IPLANCE (1997B)

Obs: Em 1995, o Ceará possuía 184 municípios.

(1) Renda Interna Anual (RIA): valor do produto dos agentes econômicos de cada município adicionado à economia anualmente (valor bruto da produção menos os custos intermediários do processo produtivo). (2) RIA média estadual: R\$ 69,5 milhões. (3) RIA média estadual, excluída fortaleza: R\$ 29,9 milhões. (4) RIA per capita média estadual: R\$ 1.903,97. (valores de 1995).

Em 1995, 57,2% da renda interna estadual estava concentrada em Fortaleza. O segundo município com maior parcela da renda era Maracanaú (localizado na RMF), sede do principal distrito industrial do Ceará, que detinha 12,1% da renda interna estadual. Apenas três municípios do interior detinham mais que 1% da renda estadual: Sobral, com 3,98%, a 3ª maior parcela estadual; Juazeiro do Norte, com 2,66, a 4ª maior e; Crato, com 1,37%, a 8ª maior. Depois apareciam somente mais três municípios com parcelas superiores a 1% da renda estadual (Caucaia, Eusébio e Horizonte), todos pertencentes à atual RMF¹¹. O restante da renda estava bastante diluído entre os demais municípios cearenses, denotando a existência de inúmeros municípios sem qualquer peso na economia estadual, como é possível constatar na Tabela 15.

Os dados sobre o ICMS apontam na grande maioria dos municípios cearenses um baixíssimo poder de consumo, sugerindo elevado desemprego ou subemprego, ao menos, em relação à remuneração da mão-de-obra. A baixíssima proporção de veículos automotores por habitante, que seria um indicador consistente da existência de uma classe média com certo poder de consumo, indica a quase ausência de mercados com razoável poder de consumo que justifique novos investimentos privados voltados para o mercado local. Justificariam-se apenas eventuais investimentos que visassem, a partir de possíveis vantagens comparativas, produzir para outros mercados.

Ou seja, tudo leva a crer, conforme dados de renda da PO abordados até aqui que, dada a queda das possibilidades de trabalho razoavelmente remunerado ou até mesmo remunerado, fortaleceu-se talvez o maior limite à superação do grave atraso socioeconômico presente no Ceará.

O atraso econômico presente na maioria dos municípios cearenses acaba por refletir negativamente sobre suas finanças, reduzindo efetivamente a capacidade endógena dos governos municipais de criarem melhores condições para expansão de suas economias, totalmente dependentes de estímulos estaduais e federais. A constatação de que 80,4% dos municípios gastavam mais do que o total de suas receitas em 1996, sugere até mesmo uma incapacidade de manter seus aparatos públicos em funcionamento.

A oferta de serviços de abastecimento de água, telefonia e saúde, e indicadores de saúde e educação, são alguns dos exemplos claros dos reflexos negativos do atraso econômico e das grandes disparidades existentes entre os municípios cearenses.

¹¹ Em 1985, os municípios da RMF, concentravam 72,4% da renda interna estadual e 32,8% da população cearense. Já em 1995, os nove municípios da RMF, concentravam 75,1% da renda interna e 38,3% da população, enquanto os outros 175 municípios do interior, detinham 24,9% da renda interna e 62,7% da população cearense. Entre 1985 e 1995, conforme SAMPAIO (1999), dos 184 municípios cearenses, 46,7% (86 municípios) apresentaram queda em sua renda interna.

TABELA 16 - DISPARIDADES INTRA-ESTADUAIS - SERVIÇOS PÚBLICOS - CEARÁ 1996

Disponibilidade de Serviços de Caráter Público em 1996	Nº absoluto	%
Municípios com taxa de fornecimento de água tratada à população inferior a média estadual de 47,52%	165	89,7
Municípios com taxa de fornecimento de água tratada à população inferior 30,0%	121	65,8
Municípios sem fornecimento de água tratada à população	36	19,6
Municípios com nº de terminais telefônicos em serviço abaixo da média estadual de 5,37 por 100 hab.	182	98,9
Municípios com menos de 2 terminais telefônicos em serviço para cada 100 habitantes	141	76,6
Municípios com menos de 1 terminal telefônico em serviço para cada 100 habitantes	56	30,4
Municípios sem nenhum terminal telefônico em serviço	32	17,4
Municípios sem nenhum estabelecimento bancário	83	45,1

Fonte: IPLANCE (1997A e B)

Obs: Em 1996, o Ceará possuía 184 municípios.

TABELA 17 - DISPARIDADES INTRA-ESTADUAIS - SAÚDE E EDUCAÇÃO - CEARÁ - 1991/1995

	Nº absoluto	%
Saúde		
Municípios com nº de leitos por mil habitantes inferior à média estadual de 0,25 em 1995	133	72,3
Municípios sem nenhum leito em 1995	26	14,1
Municípios com taxa de mortalidade infantil superior à média estadual de 80,44 em 1991	125	70,2
Municípios com taxa de mortalidade infantil superior à média regional de 82,45 em 1991	117	65,7
Municípios com taxa de mortalidade infantil superior à média nacional de 49,49 em 1991	176	98,9
Educação - 1995		
Municípios com taxa de analfabetismo superior à média estadual de 26,48%	108	58,7
Municípios com taxa de analfabetismo superior a 30%	73	39,7

Fonte: IPLANCE (1997B) e IPEA/PNUD (1998).

Obs: Em 1995 e 1996, o Ceará possuía 184 municípios e, em 1991 o Ceará possuía 178 municípios.

O quadro descrito até aqui, indica, portanto, que o atraso socioeconômico do interior cearense está estruturalmente instalado em praticamente todos os municípios que o compõem, consistindo em um forte obstáculo a novos e relevantes avanços dos indicadores sociais básicos, suficientes para se alcançar patamares aceitáveis e reverter a situação de extensa pobreza existente no Ceará.

Urge que se apontem alternativas para o desenvolvimento do interior cearense que busquem atrelar outros municípios ao crescimento econômico do Ceará, cuja dinâmica tem sido basicamente determinada apenas pela RMF.

Considerações Finais

O contexto macroeconômico presente no país nas décadas de 1980 e de 1990, de fato exerceu influência bastante negativa para o desempenho econômico dos estados brasileiros. Entretanto, esse não foi o único fator relevante a contribuir efetivamente para a desaceleração do crescimento econômico no caso cearense. Deve-se considerar que os principais obstáculos ao crescimento da economia local não foram removidos, o que também teve influência decisiva.

Mesmo porque, no caso cearense, a União ainda destinou importantes recursos ao setor público local, não se constatando nos documentos oficiais que versam sobre as diferentes realizações do governo estadual, redução relevante da participação da União nos investimentos públicos locais. Os elevados recursos federais destinados aos programas de desenvolvimento do turismo e de saneamento e às obras do Pecém e do Castanhão, foram exemplos claros disso. O que não deixou de ser uma conquista político-econômica desse período.

É interessante observar que o Ceará vem divergindo da tendência da economia nacional que, desde fins da década de 1980, tem apresentado fraco desempenho industrial, especialmente em sua indústria de transformação e, mesmo após a forte redução dos incentivos à agropecuária, tem nesse setor o maior dinamismo entre os três grandes setores econômicos do Brasil, obtendo expressivo crescimento do PIB agrícola.

Já no caso cearense, foi justamente na indústria de transformação onde o Ceará apresentou crescimento absoluto maior do que havia alcançado antes de 1987, enquanto na agropecuária - assim como grande parte dos estados do Nordeste, dos quais se excluíram Bahia e Alagoas - sofreu forte queda no PIB local da atividade. O setor agropecuário cearense não acompanhou o crescimento industrial, ficando às margens do processo e sofrendo forte queda em sua participação na economia estadual, o que contribuiu para a concentração espacial e afastou grande parte de sua importante colaboração para o desenvolvimento do interior.

O processo de concentração espacial não se reverteu após 1986, visto que suas causas estiveram não só relacionadas ao processo de industrialização incentivada anteriormente, pautado em uma estratégia concentradora, mas também à posterior desarticulação do setor agropecuário em geral, como fornecedor de matérias-primas para as atividades industriais, especialmente no que tange às culturas de sequeiro.

Esta foi uma questão central enquanto determinante do processo de concentração espacial das atividades econômicas. Uma vez que a Região Metropolitana de Fortaleza é a única não inserida no semi-árido, mesmo as atividades agropecuárias nela desenvolvidas tiveram maiores possibilidades de se atrelar ao processo industrial, ainda que reduzidas face à ineficácia das políticas agrícolas estaduais, enquanto a inserção da agricultura praticada no interior, onde predomina o Semi-Árido e tais políticas teve alcance ainda menor, foi ainda mais prejudicada.

Da mesma forma, no que se refere à concentração setorial da indústria cearense, as transformações ocorridas após a recente expansão industrial não resultaram em relevante diversificação dos setores participantes desse crescimento, o que propiciou espaços vazios no mercado local, facilitando a entrada de mercadorias extra-estaduais. Como uma consequência desse fator estrutural, o Ceará ainda se mantém altamente deficitário em seu comércio interestadual.

Em contraponto à influência do contexto nacional para a desaceleração do crescimento econômico local, observada no período 1987-98, no campo do desenvolvimento da infra-estrutura econômica e dos indicadores sociais, deve-se levar em consideração que a melhora das contas estaduais e o crescimento da capacidade de investimento do governo cearense - em grande parte propiciados pela reforma fiscal da Constituição Federal de 1988 - foi um fator mais favorável que contrabalançou as adversidades do ambiente macroeconômico, da redução dos investimentos federais e da inflexão das políticas regionais.

Algumas ações governamentais em andamento, como as direcionadas para a problemática hídrica e para a redução da concentração setorial, que trariam contribuições importantes para superação dos limites ao crescimento, ainda não se concretizaram, a exemplo do Açude Castanhão e do Complexo de Pecém. Outras ações voltadas para o enfrentamento de limites como os severamente impostos pelo atraso do interior e da agropecuária local não tiveram resultado satisfatório.

Considerando o ambiente macroeconômico do País, desfavorável ao crescimento, vigente em quase todos os anos seguintes a 1986, o Estado do Ceará - exceto em relação aos indicadores sociais estreitamente relacionados ao crescimento econômico, ao mercado de trabalho e outros poucos - não teria queda tão acentuada em seu ritmo de melhoria das condições sociais, apresentando crescimento "semelhante" ao anterior. Tendo em vista as adversidades impostas pelo cenário econômico, seria preciso reconhecer tal resultado como um aspecto favorável do período 1986-98.

Entretanto, ainda que os avanços no campo social tenham sido importantes, não foram suficientes para tirar o Ceará da condição de um dos estados em que estão presentes as piores condições sociais do Brasil. Em 1996, no ranking publicado pelo PNUD, pela ordem crescente do IDH, o Estado do Ceará se encontrava na 22ª posição entre os 27 estados brasileiros, apenas ganhando uma posição em relação a 1991, ou seja, entre os seis estados com os menores índices de desenvolvimento.

E ainda, embora os avanços dos indicadores sociais agregados constituam um aspecto favorável, os mesmos não espelham as grandes disparidades presentes entre os municípios cearenses, em que a grande maioria vem apresentando indicadores muito

inferiores à média estadual, fortemente influenciada por uns poucos municípios em melhores condições, notadamente os da RMF, dado seu relevante peso populacional.

No que se refere à infra-estrutura econômica estadual, como foi demonstrado em SILVA (2002), embora tenha se mantido, face ao cenário nacional desfavorável, um ritmo de crescimento semelhante ao anterior, nota-se que a região metropolitana continuou a ser o principal alvo dos investimentos desse setor, ficando o interior em segundo plano. Era esperado que dado o desenvolvimento que a RMF apresentou até então, seu crescimento econômico viesse a demandar, com maior poder de influência, por investimentos desta natureza. Entretanto, o problema do atraso presente no interior cearense tem imposto limitações ao desenvolvimento socioeconômico que precisam ser enfrentadas com urgência e nada impediria que as ações estruturais contemplassem com mais efetividade as regiões mais desprovidas.

Tudo indica que muito dificilmente o desenvolvimento socioeconômico do Ceará poderá alcançar grandes progressos enquanto seus poucos espaços dinâmicos, seja industrial ou agropecuário, conviverem com uma quase totalidade de espaços econômicos atrasados.

E, certamente, avaliando a análise conjuntural apresentada em SILVA (2002), isto está fortemente relacionado com o baixíssimo poder aquisitivo da população cearense. Para a qual, estão disponíveis ocupações - na maioria de baixa remuneração, com elevado grau de informalidade, etc. - cujo crescimento tem sido insuficiente para atender ao aumento do contingente populacional que incorpora o mercado de trabalho local.

Referências

- AFFONSO, Rui B. Álvares & SILVA, Pedro L. B. (organizadores) *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP: Ed. da USP, p. 125-156, 1995.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Viabilidade do Nordeste no século 21. In: VELLOSO, J. P. dos Reis - coord. *Brasil, 500 Anos: futuro, presente, passado*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, p. 352-405, 2000.
- _____. O progresso social do Nordeste: um balanço de quase meio século. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v.28, n.4, p. 469 - 490, out./dez., 1997.
- ALMEIDA, Wagner Berno de & ESTERCI, Neide. Trabalho e Subordinação no Sertão Cearense. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: vol. X, números 1-2, p. 95-130, 1979.
- ALVES DE OLIVEIRA, Aécio & FERREIRA, Assuero. *Impactos do Turismo sobre o Produto Interno Bruto do Ceará*. Governo do Estado do Ceará/Secretaria de Turismo, set., 1996.
- AMARAL FILHO, Jair. Ajuste no Estado e Crescimento Recente no Ceará: o papel dos jovens empresários. *Economia & Empresa*. São Paulo: v. 4, n. 1, p. 63-80, 1997.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências*. RJ: Editora Revan, 2000.

_____. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, Rui B. Álvares & SILVA, Pedro L. B./organizadores. *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP: Ed. da USP, p. 125-156, 1995.

ARRAES, Ronaldo A. & SOARES, F. Assis. Pobreza e desigualdade de renda em Fortaleza. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v.20, n.2, p. 123-150, abr./jun., 1989.

AZEVEDO, Roberto de & PEREIRA, J. Aluísio. Análise da eficiência econômica da pequena irrigação no Estado do Ceará. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v. 23, n. 1/4, p. 45-68, jan./dez., 1992.

BENITEZ, Rogério Martin. O capital social fixo como insumo do desenvolvimento regional. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v.29, n.2, p. 143-157, abr./jun., 1998.

BESERRA, Bernadete Ramos. Clientelismo e Modernidade: o caso do Programa de Reforma Agrária no Governo Tasso Jereissati. *Cadernos de Ciências Sociais*. Fortaleza: UFC/NEPS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1994. (Série Estudos e Pesquisas)

BOTELHO, Demartone Coelho. *Ajuste fiscal e reforma do estado: o caso do estado do Ceará, 1987 a 1991*. Fortaleza: UFC/CAEN, 1994. (Dissertação de Mestrado)

CANO, Wilson. *Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95*. Economia e Sociedade. Campinas: IE/UNICAMP, v. 8, p. 101-141, jun. de 1997.

CARVALHO, Paulo C. Silva. *Incentivos Fiscais («Sistema 34/18» - FINOR) e Desenvolvimento do Estado do Ceará*. Fortaleza: UFC, Monografia de Graduação, 1995.

CASTRO, Antônio Barros de. *Globalização, tipos industriais regionais e novas estratégias*. In: Seminário Internacional - Globalização e desenvolvimento regional: cenários para o século XXI. Recife: SUDENE, nov., 1996.

CAVALCANTE, J. Franco. *Desenvolvimento e a dinâmica da industrialização recente no Estado do Ceará*. Fortaleza: UFC/CAEN, 1992 (Dissertação de Mestrado).

CEARÁ, Governo do Estado do. *Mensagem à assembléia legislativa: anexo das realizações*. Fortaleza: Imprensa Oficial, março/1965/1968/1969/1970/1972/1973/1974/1975/1976/1977/1978/1979/1980/1981/1982/1984/1985/1986/1987/1988/1989/1990/1991/1992/1993/1994/1995/1996/1997/1998/1999.

_____. *Ceará: conjuntura econômica 2000*. Fortaleza: IPLANCE, 2001.

CEARÁ, Secretaria da Fazenda do Estado do. *Balanço Geral 1998 - Síntese*. Fortaleza: abril/1999, 177p.

COIMBRA, Ricardo Aquino. *Perfil da nova indústria cearense no período 1991-1995: determinantes da composição espacial e setorial*. Fortaleza: UFC, 1998. (Dissertação de Mestrado).

COSTA, Marcelo M. *Estudo Sobre o Setor Têxtil do Ceará na Década de 1990*. Estudos DIEESE/CESIT. São Paulo: DIEESE, Relatório Setorial n. 14, jan., 2001.

- COSTA FILHO, Samuel & SILVA, Ricardo Azevedo. Aspectos da Economia Brasileira nos Anos 90. *Informe Econômico*. Terezina - PI: UFPI/Dpto de Economia, n. 11, janeiro, 2001.
- DINIZ, Clélio Campolina. *A nova geografia econômica do Brasil*. In: Brasil, 500 Anos: futuro, presente, passado. (VELLOSO, J. P. dos Reis - coord.) Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, p. 303-351, 2000b.
- FARIAS FILHO, Zózimo. *Adequabilidade da força de trabalho ao processo têxtil cearense: uma qualificação da empresa para a empresa*. Fortaleza: UFC, 1990 (Dissertação de Mestrado).
- FERNANDES, Ana Cristina. *A Course through Economic Integration of Peripheral Region: from state developmentism to globalisation in Northeast Brazil*. São Carlos-SP: UFSCAR, [online] Texto recebido da autora, julho de 1998.
- _____. *Substituição de importações, promoção de exportações e disparidades regionais no Brasil recente: lições para os anos noventa*. Anais da ANPUR. Recife: 7º Encontro Nacional da ANPUR, p. 1014-1035, 1997.
- FERREIRA, Assuero. O crescimento recente da economia cearense. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza: BNB, v.26, n.2, p. 157-180, abr./jun., 1995.
- _____. *Migração e força de trabalho no Estado do Ceará*. Fortaleza: UFC, Série Relatórios de Pesquisa n. 26, 1984.
- GIRÃO, Raimundo. *Pequena história do Ceará*. 4ª ed. Fortaleza: UFC, 1984.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. As Economias Regionais e o Mercado de Trabalho no Brasil dos Anos de 1990. In: *Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil*. Kon, Anita (org.). São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- _____. *Nordeste: da articulação comercial à integração econômica*. Campinas: UNICAMP/IE, Tese de Doutorado, 1986.
- GUSMÃO, Paulo Pereira de. Sistemas municipais de governo e desenvolvimento sustentável na região do semi-árido brasileiro. *Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, n.14, p. 157-231, dez., 1996.
- IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1961/1962/1963/1969/1970/1971/1972/1973/1985/1986/ 1987/1988/1998/1999.
- _____. *Censos Econômicos de 1960/70/75/80/85*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960/70/75/80/85.
- _____. *Censos Demográficos de 1960/70/75/80/85/91/2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960/70/75/80/85/91.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro, IBGE & PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: IPEA, CD-ROM, 1998.
- IPLANCE - Fundação Instituto de Planejamento do Ceará. *Anuário Estatístico do Ceará - 1985-87*. Fortaleza: IPLANCE, 1989, 1992, 1997A.

- _____. *Alguns Aspectos Constitutivos da Realidade Cearense*. Irene P. Benevides (elaboração). Fortaleza: IPLANCE, nov., 1994.
- _____. *O Complexo Algodoeiro Cearense: a crise passada, a ameaça de retaliação e uma proposta para o futuro*. Fortaleza: IPLANCE, 1993.
- _____. *Ranking dos Municípios 1996*. Fortaleza: IPLANCE, 1997B.
- _____. *Ceará em Números - 1998-99*. Fortaleza: IPLANCE, 2000.
- LIMA, Raimundo Delvo de. Políticas de Reforma Agrária no Estado do Ceará. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: vol. 20/21, n. 1/2, p. 271-290, 1990.
- MAIA, José Nelson Bessa & BOTELHO, Demartone Coelho. Estabilidade e Crescimento: o caso do Ceará. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro: FGV, p. 20-25, out., 2000.
- NOBRE, Geraldo da Silva. *O processo histórico da industrialização do Ceará*. Fortaleza: SENAI/DR-CE, 1989.
- O POVO. Renda agrícola cresce mas não chega a 1 SM por agricultor. *O Povo*. Fortaleza: 3 de junho, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Crise da Federação: da oligarquia à globalização*. In: AFFONSO, Rui B. A. & SILVA, P. B. (org.) *A Federação em perspectiva: ensaios selecionados*. São paulo: RecebFUNDAP, 1995.
- OLIVEIRA, Hipólita S. de. *A Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil dos Anos 90*. Campinas: IE/UNICAMP, 2003. (Dissertação de Mestrado)
- REIS, José N. Pires & LIMA, Pedro Henrique. Desenvolvimento sócio-econômico e hierarquização dos municípios cearenses. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v.26, n.4, p.401-428, out./dez., 1995.
- ROLIM, Cássio F. C. & CARLEIAL, Liana M. F. *O complexo agroindustrial do algodão no Ceará: considerações iniciais sobre as implicações decorrentes de sua desarticulação*. Fortaleza: UFC/CAEN, TD n. 87, 1991.
- SAMPAIO, José L. Furtado. *A fome e as duas faces do Estado do Ceará*. São Paulo: USP, 1999 (Tese de Doutorado).
- SILVA, Ricardo Azevedo. *Desaceleração do crescimento e Manutenção das Desigualdades*. Campinas-SP: Unicamp, dez, 2002A (Dissertação de Mestrado no prelo).
- _____. *Reconfiguração das Atividades Produtivas na Década de 1990*. In: Emprego e Desenvolvimento Tecnológico: estudos DIEESE/CESIT. São Paulo, DIEESE - Campinas, CESIT, 2002B. CD-ROOM
- SMITH, Roberto. & ALVES DE OLIVEIRA, Aécio. *Perspectivas de um Padrão de Financiamento de Investimentos Governamentais no Estado do Ceará*. Texto apresentado no seminário "O Ajustamento do Setor Público do Ceará no Contexto do Federalismo Brasileiro". Fortaleza: UFC, setembro/1993, 26p.

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Desempenho da Economia do Nordeste em 1997. Recife: SUDENE/DPO/EPR/Seção de Contas Regionais, Carta de Conjuntura Nordeste do Brasil, junho, 1998.

_____. *Agregados Econômicos Regionais, Nordeste do Brasil (1965-98)*. Recife: SUDENE/Contas Regionais, ago., 1999A.

_____. *Boletim Conjuntural, Nordeste do Brasil (1965-98)*. Recife: SUDENE/Contas Regionais, ago., 1999B.

TAVARES, Fabíola Barrocas. *O Significado da Educação no Neoliberalismo: o caso do Ceará*. Campinas: UNICAMP, Faculdade de Educação, Tese de Doutorado, 2001. (versão encaminhada para defesa)

TEIXEIRA, Francisco Soares Teixeira. *Ceará Terra dos Outros: uma avaliação do projeto do Governo de Mudanças*. Fortaleza: UECE, ago, 1999.

VASCONCELOS, José Romeu de. *Matriz de Fluxo de Comércio Interestadual de Bens e Serviços no Brasil - 1998*. Brasília: IPEA, TD 783, março, 2001.

VERGOLINO, José R.; GOMES, Gustavo Maia & MONTEIRO NETO, Aristides. *Produtos Internos Brutos dos Municípios Brasileiros: 1970, 1975, 1980, 1985, 1990 e 1996*. Brasília: IPEA, 2001.

Recebido para publicação em 10/09/05

Aceito para publicação em 21/12/05